



DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO DE 2ª CATEGORIA/DF

SAUN – Quadra 5 – Lote C – Centro Empresarial CNC – Bloco C – Bairro Asa Norte – CEP 70040-250 – Brasília – DF – www.dpu.gov.br

RECOMENDAÇÃO Nº 2 - DPU 2CATDF/GDPC 2CATDF/OFDHTC 2CATDF

Recomendação conjunta dos Defensores Regionais de Direitos Humanos da Defensoria Pública da União ao Ministro da Educação e aos Reitores e demais dirigentes de colégios, institutos e universidades da Rede Federal de Ensino, atinente às recentes ocupações estudantis com finalidades de exercício dos direitos de reunião e de manifestação.

A **Defensoria Pública Da União (DPU)**, por meio de seus Defensores Regionais de Direitos Humanos adiante assinados, valendo-se de suas atribuições e com fundamento no art. 4º, incisos II, X e XI da Lei Complementar (LC) nº 80/94, e

Considerando o atual e crescente estado de ocupação de instituições de ensino em todo o território nacional, protagonizado por discentes e entidades estudantis que reivindicam, dentre outras pautas, não seja a política pública de educação mitigada através de alterações legislativas em curso no Congresso Nacional;

Considerando a decisão interlocutória proferida nos autos do processo nº 0031788-10.2016.4.02.5002 da Seção Judiciária do Espírito Santo, que determinou a desocupação do prédio do Instituto Federal do Espírito Santo em Cachoeiro de Itapemirim, ao argumento de que haveria esbulho possessório por parte dos estudantes ocupantes e de que indivíduos menores de 16 anos não teriam aptidão para o exercício do direito à cidadania;

Considerando a decisão interlocutória proferida nos autos do processo n. 2016.01.3.011286-6 da Vara da Infância e Juventude do Distrito Federal, que determinou não só a desocupação do Centro de Ensino Asa Branca de Taguatinga – CEMAB, mas também que permitiu à Polícia Militar “*utilize meios de restrição à habitabilidade do imóvel, tal como suspenda o corte do fornecimento de água, energia e gás*”, “*restringa o acesso de terceiros [à escola], em especial parentes e conhecidos dos ocupantes*” e se valha de “*instrumentos sonoros contínuos, direcionados ao local da ocupação, para impedir o período de sono*”;

Considerando o teor da ação civil pública n. 0034193-90.2016.4.01.3500, intentada pela Procuradoria da República em Goiás, na qual pede que o Instituto Federal de Goiás proceda ao “*corte imediato de água, energia, telefone, alimentação e gás de todos os prédios invadidos ou ‘ocupados’ das suas unidades de ensino*”, bem como “*a respectiva identificação nominal e qualificação de todos os invasores ou ‘ocupantes’*”, utilizando, se necessário, o apoio da Polícia Federal e da Polícia Militar do Estado de Goiás”;

Considerando o teor da ação possessória n. 2016.51.01.500312-1, intentada pela Procuradoria da República no Rio de Janeiro, em que pede ao Judiciário providências para imediata desocupação e identificação dos manifestantes que ocupam unidades do Colégio Pedro II, inclusive com pedido de uso moderado e progressivo da força pela autoridade policial para a retirada dos ocupantes, “*realizando a prisão em flagrante daqueles que eventualmente comportarem-se conforme o artigo 330 do Código Penal*”;

Considerando a atuação do Governo do Estado de São Paulo frente ao movimento de ocupação de colégios estaduais por estudantes secundaristas durante o ano de 2015, que, com base no Parecer nº 193/2016 da Procuradoria Geral do Estado, adotou entendimento de que seria legítimo o desforço imediato na defesa da posse dos estabelecimentos, diante de ocupações consideradas ilícitas, de modo retomar a posse imediata e diretamente, mediante exercício de autotutela, sem recorrer a meios conciliatórios ou ao Judiciário, promovendo inclusive a prisão de estudantes sem ordem judicial ou flagrante delito;

Considerando os fatos ocorridos no contexto da ocupação do Colégio Liceu Maranhense, em São Luís, noticiados pelos meios de comunicação, oportunidade em que os diretores do colégio acionaram a Polícia

Militar visando a impedir a consumação do movimento, ação a qual resultou em confronto com o movimento de ocupação, com agressões aos estudantes e apreensões;

Considerando os fatos noticiados pelos meios de comunicação a respeito da desocupação ocorrida no Centro de Ensino Médio Dona Filomena Moreira de Paula, no Estado do Tocantins, a qual foi autorizada por decisão judicial, e resultou em confronto entre autoridades policiais e ocupantes, com apreensão de estudantes e uso de algemas;

Considerando diversos outros casos similares que criam um panorama de risco e incerteza quanto a atuações desmedidas do Poder Público, que podem se demonstrar arbitrárias e eventualmente violar direitos fundamentais das crianças, adolescentes e jovens envolvidos nos movimentos de ocupação de estabelecimentos públicos de ensino;

Considerando o disposto no artigo 134 da CRFB/88, que prevê a Defensoria Pública como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal;

Considerando o disposto no artigo 4º, inciso XI, da LC 80/94, no sentido de que é função institucional de Defensoria Pública exercer a defesa dos interesses individuais e coletivos da criança e do adolescente, do idoso, da pessoa com deficiência, da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de outros grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Estado;

Considerando a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADI 3.943, em que, reconheceu-se a legitimidade da Defensoria Pública para promover a defesa de interesses coletivos em sede de Ação Civil Pública, adotando-se, a propósito do conceito indeterminado "necessitados" (veiculado no mencionado art. 134 da CF), uma noção ampla de hipossuficiência, que não se vincula exclusivamente a critérios de ordem econômica, sendo possível abranger a defesa de direitos de movimentos e organizações socialmente ou tecnicamente vulneráveis, como determinadas categorias de consumidores, usuários de serviços públicos, além de categorias que queiram implementar ou contestar políticas públicas, como as atinentes à saúde, à moradia, ao saneamento básico, ao meio ambiente, ou, como no contexto ora analisado, os movimentos de estudantes que questionam políticas públicas correlatas ao direito à educação;

Considerando que os Poderes Públicos, no exercício de função executiva, não poderão embaraçar a atuação de órgãos essenciais ao funcionamento da justiça, tais como a Defensoria Pública e a advocacia, conforme previsto na Lei Complementar nº 80/94 e na Lei 8.906/1994;

Considerando que é garantido às funções essenciais à justiça o acesso a qualquer edifício ou recinto em que funcione repartição judicial ou outro serviço público onde o procurador deva praticar ato ou colher prova ou informação útil ao exercício da atividade profissional, dentro do expediente ou fora dele, e ser atendido, desde que se ache presente qualquer servidor ou empregado;

Considerando a ausência de turbacão ou esbulho possessório no contexto das ocupações de estabelecimentos de ensino públicos por estudantes, já que, inexistente apropriação da posse e *animus domini* quanto ao bem público ocupado; mas tão-somente a detenção do imóvel público, exercida de forma precária, como expressão de desobediência civil, no contexto dos direitos à reunião e à manifestação do pensamento;

Considerando que o movimento de ocupação de estabelecimentos públicos de ensino por estudantes secundaristas possui, salvo distorções pontuais (que devem ser apuradas em separado), finalidade única de viabilizar e veicular debate público sobre a formulação de políticas públicas associadas ao direito fundamental à educação;

Considerando que o art. 14, inciso II, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, densifica o direito constitucional à manifestação e dispõe que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica conforme o princípio da participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes;

Considerando a regulamentação do direito à liberdade dos jovens expresso no art. 16 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que compreende a garantia de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, assegurando-se também o direito de opinião e expressão;

Considerando a garantia, prevista no inciso LXI do art. 5º da CF, de que ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente;

Considerando que, nos termos dos artigos 207 da Constituição Federal, da Lei 9.394/1996 e da Lei 11.892/2008, Universidades e Centros de Ensino da Rede Federal de Educação são entes autárquicos detentores de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, cuja gestão cabe a mandatários conduzidos periodicamente conforme procedimento legislativamente vinculado.

Considerando que é dever do gestor do centro de educação ocupado (reitor ou órgão congênere) conciliar a continuidade dos serviços públicos prestados com os fundamentais direitos de crianças e adolescentes ocupantes e não ocupantes, mediante a abertura de diálogo prévio a qualquer medida unilateral de desocupação, assegurado o direito ao acompanhamento da Defensoria Pública da União ou de outro organismo independente de assessoria jurídica, nos termos do art. 5º, LV, LXXIV, e do arts. 133 e 134, todos da Constituição Federal;

Considerando o disposto no artigo 227 da Constituição Federal de 1988, compete à família, à sociedade e ao poder público a proteção integral de crianças e adolescentes, traduzindo tal proteção imperativo primário e expresso no texto constitucional;

Considerando que, nesse sentido, o Estado (em todas as suas expressões) deve se abster de adotar condutas que potencialmente resultem em violação a direitos individuais, como a integridade física e o livre pensamento dos jovens, já que não pode ser ignorado o princípio da proteção integral da criança e do adolescente;

Considerando o artigo 206 da Constituição, no sentido de que, no que tange ao direito à educação, vige: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

Considerando a literalidade do artigo 13 da Convenção Americana de Direitos Humanos no sentido de que “toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito compreende a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de toda natureza, sem consideração de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro processo de sua escolha”;

Considerando a impossibilidade de cerceamento do direito à liberdade de expressão por meios indiretos, prevista no mesmo artigo 13, segundo o qual não se pode restringir o direito de expressão por vias ou meios indiretos, tais como o abuso de controles oficiais ou particulares de papel de imprensa, de frequências radioelétricas ou de equipamentos e aparelhos usados na difusão de informação, nem por quaisquer outros meios destinados a obstar a comunicação e a circulação de ideias;

Considerando o disposto no artigo 12 da Convenção ONU dos Direitos da Criança de 1989 no sentido do direito de as crianças serem ouvidas em todos os processos que lhes digam respeito, de acordo com a sua idade e maturidade, e que a Resolução 159 do CONANDA dispõe sobre o processo de participação de crianças e adolescentes nos espaços de discussão;

Considerando o disposto no artigo 13 da Convenção ONU de Direitos da Criança de 1989, no sentido de que a criança terá direito à liberdade de expressão. Esse direito incluirá a liberdade de procurar, receber e divulgar informações e ideias de todo tipo, independentemente de fronteiras, de forma oral, escrita ou impressa, por meio das artes ou por qualquer outro meio escolhido pela criança;

Considerando o disposto em NOTA PÚBLICA do CONANDA expedida em 20 de outubro de 2016, na qual o Colegiado insta as autoridades públicas a reverem seus métodos de diálogo e enfrentamento da situação de ocupação de escolas na República Federativa do Brasil;

Considerando que a não observância dos acordos internacionais firmados para a proteção dos direitos humanos pode levar à responsabilização internacional do Estado Brasileiro, bem como dos agentes estatais envolvidos;

Considerando que não há indícios de que tenha sido empreendido qualquer ato de violência contra o patrimônio público ou os demais usuários do espaço ocupado, uma vez que a própria intenção dos estudantes é o de proteger seu espaço de aprendizado;

Considerando que as organizações de estudantes se apresentam abertos ao diálogo institucional e dispostas a ceder em determinados pontos, como forma de se garantir o funcionamento do estabelecimento

de ensino, não se vislumbrando, nesse sentido, prejuízo ao princípio da continuidade dos serviços públicos ou aos estudantes dissidentes;

Considerando a necessidade de solução consensual para os litígios que eventualmente possam ocorrer, que envolva necessariamente a mediação e a negociação entre as partes, uma vez que se está diante de pauta reivindicatória não quanto à posse do bem público, mas quanto ao direito à educação, que se insere no rol de direitos fundamentais, e, categorizados como tal, demandam proteção central no ordenamento jurídico, sobretudo se o caso envolve criança e/ou adolescente, em função do princípio constitucional da proteção integral;

Recomenda ao Excelentíssimo Senhor **Ministro da Educação** e aos Magníficos/Ilustríssimos **Reitores e demais dirigentes de colégios, institutos e universidades da Rede Federal de Ensino** que se encontram em situação de ocupação de suas unidades por discentes e outros movimentos estudantis para fins de exercício dos direitos de reunião e de manifestação que:

1. **empreendam o diálogo com os ocupantes**, garantido-lhes a presença de assessoria jurídica, caso assim desejem;
2. **abstenham-se de identificar e sancionar os envolvidos nas ocupações**, ressalvada a prerrogativa dos órgãos de polícia de averiguarem crime específico praticado no contexto das reintegrações, sempre com respeito ao devido processo legal; e
3. **não pratiquem ou solicitem medidas que prejudiquem a salubridade e habitabilidade dos estabelecimentos ocupados, bem como qualquer ato de desforço no sentido de desocupá-los**, sem a estrita obediência à legalidade, inclusive mediante expressa e prévia autorização judicial do ato de reintegração, e **mesmo assim somente após exauridas as tratativas que possam dar fim pacífico e organizado à ocupação**.

Por fim, dá-se o **prazo de 10 (dez) dias** do recebimento desta recomendação para manifestação das autoridades destinatárias acerca do acolhimento do seu conteúdo.

Em 07 de novembro de 2016.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Nunes de Queiroz, Defensor(a) Público(a) Federal**, em 07/11/2016, às 14:16, conforme o §2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Luisa Zago de Moraes, Defensora Regional de Direitos Humanos**, em 07/11/2016, às 14:24, conforme o §2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.



Documento assinado eletronicamente por **João Vicente Pandolfo Panitz, Defensor(a) Público(a) Federal**, em 07/11/2016, às 14:26, conforme o §2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.



Documento assinado eletronicamente por **Thales Arcoverde Treiger, Defensor(a) Público(a) Federal**, em 07/11/2016, às 14:35, conforme o §2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.



Documento assinado eletronicamente por **João Marcos Mattos Mariano, Defensor Público Federal**, em 07/11/2016, às 14:39, conforme o §2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.



Documento assinado eletronicamente por **Yuri Michael Pereira Costa, Defensor(a) Público(a) Federal**, em 07/11/2016, às 14:52, conforme o §2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Documento assinado eletronicamente por **Diana Freitas de Andrade, Defensor(a) Regional de Direitos Humanos**, em 07/11/2016, às 15:16, conforme o §2º do art. 10 da Medida Provisória nº



2.200-2, de 24 de agosto de 2001.



Documento assinado eletronicamente por **Lídia Ribeiro Nóbrega, Defensor(a) Público(a) Federal**, em 07/11/2016, às 15:31, conforme o §2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.



Documento assinado eletronicamente por **Daniele de Souza Osório, Defensora Regional de Direitos Humanos na DPU MS**, em 07/11/2016, às 15:47, conforme o §2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.



Documento assinado eletronicamente por **Átila Ribeiro Dias, Defensor(a) Público(a) Federal**, em 07/11/2016, às 16:24, conforme o §2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.



Documento assinado eletronicamente por **Alana Rubia Matias D'Angioli Costa, Defensora Regional de Direitos Humanos**, em 07/11/2016, às 16:35, conforme o §2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Chiaretti, Defensor(a) Público(a) Federal**, em 07/11/2016, às 17:12, conforme o §2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.dpu.def.br/sei/conferir_documento_dpu.html informando o código verificador **1537708** e o código CRC **D2BE5E8B**.